



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER Nº 53/2022

Projeto de Lei nº 11/2022

Dispõe sobre a denominação da rua Projetada 5, Jardim Vila Verde.

Autor: Vereador Aparecido Antonio Meira

Relator: Vereador Luiz Carlos Silva Meira

I – RELATÓRIO

Segue para análise da Comissão de Justiça e Redação o Projeto de Lei nº 11/2022, de autoria do Exmo. Senhor Vereador Aparecido Antonio Meira, que dispõe sobre a denominação da Rua Projetada 5, Jardim Vila Verde.

Em justificativa anexa ao Projeto de lei, o autor aduz que: *A presente propositura visa homenagear LEONÍDIO DE SARRO. Leonídio nasceu na cidade de Pirangi/SP e em 22/02/1944. Morou por algum tempo no Estado do Paraná, onde trabalhou como lavrador e teve uma vida simples e de total pobreza. No Paraná, ainda, casou e teve cinco filhos. Já com a família constituída, por meio de uma irmã que já morava em Campinas, resolveu se aventurar e buscar melhores condições de vida vindo morar na região. Em 1979, Leonídio e sua família, com pouco dinheiro, se instalaram em um cômodo da casa de sua irmã. E após três meses Leonídio começou a trabalhar na Leco Laticínios e alugou uma casa no Jardim Rosolem, que até então era um bairro de Sumaré. Apesar de ter trabalhado em várias outras empresas da região, Leonídio tinha como profissão preferida a de motorista de caminhão. Leonídio participou ativamente para melhoria e desenvolvimento do bairro (Jardim Rosolem) em que sempre viveu em Hortolândia e, também, para emancipação de nossa cidade. E em 1983, com muito esforço, trabalho e dedicação construiu sua tão sonhada casa no mesmo bairro.*

II – DA ANÁLISE DA MATÉRIA

Pela Secretaria Legislativa foi certificado que não há matéria análoga a ser apensada, sendo a propositura encaminhada para leitura em Sessão Plenária na data de 14 de Fevereiro de 2022, com publicação de sua ementa na data de 15 de Fevereiro de 2022, estando seu conteúdo disponível no site da Câmara Municipal para cumprimento de publicidade e acompanhamento dos atos legislativos. Por despacho da Presidência foi encaminhada à Comissão de Justiça e Redação para análise nos termos do artigo 83 do Regimento Interno da Câmara, in verbis:

Art 83 – Compete à Comissão de Justiça e Redação manifestar-se sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação, quanto ao seu aspecto constitucional, legal ou jurídico e quando solicitado o seu parecer por imposição regimental ou por deliberação do Plenário.

Constata-se que a medida é de natureza legislativa e de iniciativa concorrente, estando, desta forma, em condições de ser apreciado no que diz respeito aos aspectos



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

que cumpre a esta Comissão analisar, visto que a propositura em questão não está inserida na reserva de iniciativa privativa do Poder executivo.

Consta os documentos conforme requisitos da Lei 2683/2013 que Dispõe sobre as regras para denominação e alteração de denominação dos Bairros, Vias ou Logradouros e Próprios Municipais.

Nesse sentido, o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ao julgar ADIN sobre legislação análoga, do Município de Ribeirão Preto, julgando ao final pela constitucionalidade da norma em julgamento, no seguinte Acórdão:

Ação Direta de inconstitucionalidade nº 2141 949-85.201 7.8.26.0000 Requerente: Prefeito do Município de Ribeirão Preto Requerido: Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto TJSP (Voto nº 29.098) AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (...) A Iniciativa parlamentar não ofende o disposto nos artigos 5º e 47, incisos II, XIV e XIX, da Constituição Estadual, por não veicular matéria inserida na reserva da Administração, nem na reserva de iniciativa legislativa do Chefe do Poder Executivo. Norma de conteúdo programático, sem qualquer comando imperativo. Descabida, portanto, a alegação de ofensa aos artigos 5º, 47, i incisos II, XIV e XI X, 144 e 176, I, da Constituição do Estado. Pedido improcedente.

III – VOTO

Assim e diante dos aspectos que cabe a esta comissão analisar, em razão das justificativas apresentadas, e não havendo óbice legal, manifestamo-nos favoravelmente a constitucionalidade do r. Projeto de Lei, nos termos desse Relatório.

É o Relatório e o Voto.

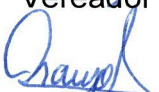
Sala das Comissões, 24 de Março de 2022.


Vereador Luiz Carlos Silva Meira
Relator

Acompanham o voto do Relator os Vereadores:

Enoque Leal Moura
Vereador


Reginaldo Roberto Rodrigues da Costa
Vereador


Edivaldo Sousa Araújo
Vereador